



04/02/2021

Número: **5000636-05.2020.8.13.0433**

Classe: **[CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Empresarial e de Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros**

Última distribuição : **17/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Honorários Advocatícios**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ASSOCIACAO DOS PROCURADORES DO MUNICIPIO DE MONTES CLAROS - APROMMOC (AUTOR)	
	FREDERICO BICALHO VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) JADER AUGUSTO FERREIRA DIAS (ADVOGADO) JOAO PAULO PINHEIRO COSTA (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE MONTES CLAROS (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
null	08/09/2020 15:10	<a href="#">Sentença</a>	Intimação



## **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Justiça de Primeira Instância

Comarca de MONTES CLAROS / 1ª Vara Empresarial e de Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros

PROCESSO Nº 5000636-05.2020.8.13.0433

CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Honorários Advocatícios]

AUTOR: ASSOCIACAO DOS PROCURADORES DO MUNICIPIO DE MONTES CLAROS -  
APROMMOC

RÉU: MUNICIPIO DE MONTES CLAROS

Vistos, etc.



**A Associação dos Procuradores do Município de Montes Claros – APROMMOC** ajuizou a presente **ação pelo procedimento comum com pedido de tutela antecipada** em face do **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**, objetivando a condenação do requerido à obrigação de não firmar nenhum acordo judicial que implique renúncia total ou parcial dos honorários devidos aos Advogados Públicos de Montes Claros em decorrência de suposta inconstitucionalidade dos parágrafos 2º e 3º, do artigo 10 da Lei Municipal n. 5.202, de 2019 e/ou a sua ilegalidade por afronta o Código de Processo Civil ou Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em síntese, a requerente sustenta que os §§ 2º e 3º do artigo 10 da Lei Municipal n. 5.202, de 2019, destoam-se do que dispõe a Constituição Federal da República do Brasil de 1988 e incorre em ilegalidades ante a incompatibilidade com as normas processuais vigentes e com Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906, de 1994), ao permitir renúncia total ou parcial de honorários sucumbenciais devidos aos Advogados Públicos.

Afirma que os honorários sucumbenciais constituem verba vinculada ao processo e, portanto, cabe à União legislar sobre a matéria, conforme artigo 22, I, da Constituição da República, conforme já decidiu o STF na ADI nº 2.736/DF. Aduz que a União já definiu a titularidade dos honorários de sucumbência por meio do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906, de 1994), posteriormente confirmada pelo CPC/2015, que atribuiu aos advogados o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência, o que se encontra em consonância com a Lei Complementar n. 40, de 2012, e Lei Complementar 52, de 2016, do Município de Montes Claros.

O pedido liminar foi indeferido (ID 105057777), que veio a ser objeto de recurso, o qual não foi acolhido o pedido de efeito suspensivo e, posteriormente, o agravante pediu a desistência do agravo (ID n.178675369).

Citado, o réu ofertou contestação (117065245), arguindo, preliminarmente, a ausência de interesse processual, calcando-se na premissa de que a pretensão dos autores no bojo do presente feito concentra-se na declaração de inconstitucionalidade de lei municipal, e que a eventual decisão de procedência dos pedidos autorais proferida por este juízo possuiria efeitos *erga omnes*, o que acarretaria em óbice da análise dos referidos pedidos, haja vista que somente as decisões com natureza *inter partes* é compatível com o instituto do controle difuso de constitucionalidade realizado pelo Poder Judiciário.

No mérito, o requerido defende a higidez dos referidos dispositivos da lei municipal, doravante impugnados, alegando que tais dispositivos não versam sobre conteúdo de natureza processual ao autorizar a possibilidade do Município realizar transações e acordos extrajudiciais, mas que, tão somente regulam o modo pelo qual se dá tais acordos, observando o princípio da legalidade, haja vista a necessidade de expressa previsão em lei municipal para que os acordos celebrados possuam validade no âmbito jurídico.

Assevera, ainda, que a norma prevista no § 19 do art. 85 do Código de Processo Civil, em cotejo com o que estabelece o art. 30, inciso I, da CRFB/88, atribui competência plena aos municípios de editar leis que versem sobre os honorários advocatícios dos seus advogados públicos.

Prossegue dizendo que a tese autoral acerca da ilegalidade dos dispositivos impugnados não deve prosperar pelo fato de que o §3º do artigo 10 da Lei Municipal n. 5.202, de 2019, submete as transações acerca de honorários dos advogados públicos ao crivo do *Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA*, e que a legislação ora questionada consubstancia mera repetição do que já é praticado em todo país em outras carreiras da advocacia pública, conforme o que dispõe o §5º do art. 1 da Lei Federal n.º 9.469, de 10 de julho de 1997. Por fim, pugna pela improcedência dos pedidos autorais.

Réplica veio em ID n.122561347.

Intimadas, as partes pediram o julgamento antecipado da lide.



Relatados. DECIDO.

Cuida de ação de rito comum ajuizada pela Associação dos Procuradores do Município de Montes Claros em desfavor do Município de Montes Claros, em razão da alegação de inconstitucionalidade d dos parágrafos 2º e 3º, do artigo 10 da Lei Municipal n. 5.202, de 2019.

*In casu*, o pedido principal da presente ação é “declarar a inconstitucionalidade dos parágrafos 2º e 3º do artigo 10 da Lei Municipal n. 5.202, de 2019e/ou a sua ilegalidade por afronta o Código de Processo Civil ou Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil” e, por consequência, “condenar o Município de Montes Claros na obrigação de não firmar nenhum acordo judicial que implique renúncia total ou parcial dos honorários devidos aos Advogados Públicos de Montes Claros”.

A presente demanda deve ser extinta em virtude da incompetência do juízo de primeira instância para análise do pedido.

Pois bem.

O pedido analisado e acima descrito expressamente, não se trata de controle difuso de inconstitucionalidade, porquanto o cerne da ação é justamente a inconstitucionalidade formal e material da Lei Municipal 5.202, de 2019, que teria reflexos nos honorários advocatícios dos procuradores municipais, o que se revela como controle abstrato, uma vez que a pretensão do autor é extirpar por completo parte do diploma legal da legislação municipal.

Vale dizer, a pretensão não se resume ao ato entre as partes, a ensejar o controle difuso, mas terá nítidos efeitos erga omnes (que vale para todos), considerando-se que o objeto da ação é a abstenção da prática de qualquer ato administrativo calcado no referido diploma jurídico.

Sobre o tema, oportuno citar a doutrina do Constitucionalista Alexandre de Moraes:

Na via de exceção, a pronúncia do Judiciário, sobre a inconstitucionalidade, não é feita enquanto manifestação sobre o objeto principal da lide, mas sim sobre questão prévia, indispensável ao julgamento do mérito. Nesta via, o que é outorgado ao interessado é obter a declaração de inconstitucionalidade somente para o efeito de isentá-los, no caso concreto, do cumprimento da lei ou ato, produzido em desacordo com a Lei maior. Entretanto, este ato ou lei permanece válido no que se refere à sua força obrigatória com relação a terceiros. (Direito constitucional. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 709-710).

No presente feito, a demanda ajuizada perante este juízo de primeiro grau, com a finalidade de ver declarada a inconstitucionalidade pretendida pela autora e, por consequência, extirpar por completo do ordenamento jurídico, é via eleita inadequada.

A matéria já foi submetida ao crivo do STJ e STF, que cuidou de diferenciar o pedido difuso do abstrato:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL QUE INSTITUIU AUMENTO DE VENCIMENTOS PARA CARGOS. CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL. 1. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso da imposição jurisprudencial do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência do enunciado n.º 282 da Súmula do STF. 2. Incabível ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, para declarar, com eficácia erga omnes, a inconstitucionalidade de lei municipal que instituiu aumento de subsídios para cargos do Legislativo. A sentença que atendesse à pretensão dessa natureza retiraria toda e qualquer eficácia do preceito normativo, cujo potencial de aplicação estaria inteiramente exaurido. 3. Incabível a ação civil pública, cuja sentença tenha eficácia erga omnes, quando substitutivo da ação direta de inconstitucionalidade (AgRg no REsp 678.911/MG, relator ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 09/08/2005, DJ 05/09/2005, p. 257).

Ainda, no STF, veja-se o julgamento do RE 503630 AgR, relator o ministro Marco Aurélio, Primeira



Turma, julgado em 20/8/2013, publicado em 16/9/2013.

Além disso, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas, por sua vez, dispõe:

Art. 33. Compete ao Órgão Especial, por delegação do Tribunal Pleno:(...);c) a ação direta de inconstitucionalidade e de lei ou ato normativo estadual ou municipal, a declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, em face da Constituição do Estado, e os incidentes de inconstitucionalidade; (...);

Portanto, resta evidente que a competência para conhecimento e julgamento de ação visando à declaração de inconstitucionalidade de lei municipal é do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Por tratar-se de feito eletrônico e considerando que o programa PJe é distinto do programa JPe, adotado pelo Tribunal de Justiça, o que impede sua remessa, eletronicamente, o feito deverá ser extinto sem a análise do mérito.

Isto posto, JULGO EXTINGO O PROCESSO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC.

Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor dado à causa, nos termos do artigo 85, §4º, III, do CPC.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo.

P.R.I.

MONTES CLAROS, 4 de setembro de 2020

Rua Raimundo Penalva, 70, Vila Guilhermina, MONTES CLAROS - MG - CEP: 39401-010

